



Anais da Assembléia

157

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 19 DE DEZEMBRO de 1986.

ANO XII

4. SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DA 8.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 1.986

(SEXTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Edmar Luiz Costa.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Rubens Bueno, Tadeu França e Werner Wanderer (31). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Acir Mezzadri, Antônio Belinati, Donato Gulín, Edilson Alencar, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (27).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Procedida a votação das atas, estas são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Preferência na discussão sobre todas as matérias constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje, para os Projetos de Lei n. 287/86 e 288/86.

Sala das Sessões, em 19.12.86.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Preferência de votação para os Projetos de Lei n. 295/86 e 296/86, oriundos da Mensagem Governamental n. 168/86, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Federal Estadual de Instituições Superiores do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Sala das Sessões, em 19.12.86.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Apoiamto: WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Preferência de votação para os Projeto de Lei n. 295/86.

Sala das Sessões, em 19.12.86.

(a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER Preferência na discussão sobre todas as matérias constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje, para o Projeto de Lei n. 291/86.

Sala das Sessões, em 19.12.86.

(a) HERMAS BRANDÃO.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - (Pela Ordem) Sr. Presidente, na Sessão Ordinária de ontem, foi alegada pelo Deputado Ivan Gubert, a minha ausência no Plenário, e eu devo, a cada um dos Srs. Deputados desta Casa, uma explicação.

Na noite anterior, fui envolvido por um problema de ordem familiar e durante a manhã fui atender as necessidades que esse problema exigia de mim.

Cheguei a esta Casa um pouco depois das 10:30 horas, encontrei-me com o Deputado Djalma de Almeida César, na entrada desse prédio, que me comunicou que a sessão já tinha sido encerrada porque o Depu-

tado Ivan Gubert havia se retirado do plenário e havia antes alegado que nem o Deputado Adhail Sprenger Passos, Vice-Prefeito de Curitiba, se interessava pelos assuntos que estavam em pauta.

Quero então requerer a Vossa Excelência, dando essa explicação ao povo do Paraná e aos Srs. Deputados desta Casa, que conste na Ata da sessão de hoje, a justificativa na ausência da sessão de ontem. Se a sessão não tivesse sido interrompida, estaria aqui, presente, debatendo os problemas que estão em pauta. Evidente que, com algum atraso.

Requeiro a Vossa Excelência, a inscrição em Ata da justificativa da minha ausência.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência será atendido.

Não há expediente a ser lido.

Não havendo também oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL. - (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB. - (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT. - (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL. - (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PCB. - (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

Com a palavra, o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente, usarei da palavra brevemente, no Horário da Liderança do PMDB, apenas para estranhar que ontem, aprovamos aqui, em Segunda Discussão, a Emenda de n. 12, proposta pelo eminente Deputado Erondy Silvério, líder do PTB.

Pretendíamos, ontem mesmo, levantar uma Questão de Ordem, mas resolvemos averiguar melhor, pois a sessão já estava no seu final, e gostaríamos, já que ontem a liderança do PMDB teve sua atenção chamada pela Presidência que esta Mesa justificasse qual o passe de mágica, qual o trabalho realizado e de que maneira a Emenda n. 12 passou em Primeira Discussão na sessão da última terça-feira, sem sequer ser lida pela Mesa ou colocada em votação.

Por isto, ocupo rapidamente a Liderança do meu Partido, para questionar à Mesa e para reiterar qual a mágica feita pela Mesa presidida por Vossa Excelência, para que uma emenda fosse aprovada, sem ter sido colocada em votação. Emenda n. 12.

Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para auxiliar a Mesa, foi ao Projeto de Lei n. 287/86.

Sr. Presidente, ainda, se Vossa Excelência me permite, gostaria de lembrar que na última terça-feira, foram colocadas ao Projeto n. 287/86, onze emendas para apreciação do Plenário, e a Emenda n. 12 não constava. Surpreendentemente, na sessão de ontem, constava como aprovada em Primeira Discussão e passou. Motivo pelo qual estranhamos e questionamos a Mesa.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Esta Presidência informa a Vossa Excelência que matéria mágica nesta Casa, desconheço.

Porém, informo a Vossa Excelência que revendo as notas taquigráficas da sessão de ontem, a Emenda n. 12, citada por Vossa Excelência, consta que foi rejeitada por 26 votos. 26 Srs. Deputados votaram contra e 5 Srs. Deputados votaram a favor. Foi rejeitada a emenda.

Não vejo motivo de Vossa Excelência reportar à sessão de um dia antes, que não consta da ata aprovada, nem na ata de hoje, que é matéria vencida. A dúvida de Vossa Excelência está na ata da sessão...

O SR. NESTOR BAPTISTA - Se Vossa Excelência me permite, o questionamento não é quanto a aprovação ou rejeição da Emenda. O questionamento é como que a Emenda constava como aprovada em Primeira Discussão na última terça-feira e ontem voltou ao Plenário sem ter passado pela sessão da última terça-feira.

Esta é a nossa indagação, é a nossa preocupação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Acho que está havendo uma confusão. Não sei se por parte da Mesa ou por parte da Liderança do PMDB.

Vossa Excelência está lembrado que ontem o nobre Deputado Dirceu Manfrinato retirou o pedido de verificação e o pedido de chamada nominal e a Emenda constou pela Mesa como aprovada. Como o fora também, na sessão anterior.

Matéria vencida, o questionamento da Liderança do PMDB não tem nenhuma consequência. Se Vossa Excelência consultar as notas taquigráficas de andamento da sessão, vai ver que houve retirada do pedido de verificação e do pedido de chamada nominal por parte do nobre Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Informo a Vossa Excelência que o Sr. Deputado Caíto Quintana tinha requerido anteriormente ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato e tinha sido feita a verificação.

Quando o Deputado Dirceu Manfrinato retirou o pedido de verificação, posterior ao do Deputado Caíto Quintana, esta Presidência já tinha anunciado o resultado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência tem plena consciência de que não existiam 26 Srs. Deputados. Foi contado na hora, apenas 19. E, para que a sessão tivesse prosseguimento, aquiesceu a Liderança do PMDB, inclusive o Sr. Deputado Caíto Quintana, na aprovação da Emenda.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Lembro a Vossa Excelência que, ontem, quando foi anunciado o resultado por esta Presidência, não lembro se foi Vossa Excelência ou outro Deputado que alegava isto, que não tinha 26 Srs. Deputados...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - E não tinha mesmo...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) ... porém, a matéria foi anunciada, não houve contestação do resultado anunciado e as notas taquigráficas constam aqui como rejeitada.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) Senhor Presidente, se solicitamos à Mesa a retirada da chamada nominal, evidentemente porque já estava rejeitada a Emenda n. 12, do Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Não posso aceitar a decisão da Mesa.

Houve engano. Não existiam 26 Srs. Deputados. Houve apelo de todos da Bancada do PMDB para que fosse retirado o pedido de chamada nominal, a fim de que a sessão pudesse ter prosseguimento, porque havia interesse dos Srs. Deputados na aprovação da matéria referente à estadualização de faculdades no Oeste Paranaense.

Nós fizemos isso, aquiescemos, e a emenda Vossa Excelência deu como aprovada. Agora, eu não tenho culpa do noticiário da imprensa; eu não tenho culpa que houve cochilo da Liderança do PMDB, não só nesta oportunidade, como em outras.

Comentei com a imprensa ontem, Sr. Presidente, do cochilo havido por ocasião da aprovação da Emenda do Sr. Aírton Cordeiro, concedendo três pisos ao Magistério; emenda que depois foi confirmada pelo Governo, apesar do veto.

Este o cochilo que comentei com a imprensa.

Vossa Excelência pode, porque tem a maioria ao seu lado, distorcer o resultado da votação, mas quero que fique lavrado o meu protesto aqui, pela maneira escabrosa com que foi contado ontem o número de Srs. Deputados presentes na sessão.

Mas, a maioria vence e a minoria se convence.

E a força da maioria, contra a força do direito.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência, como ex-Presidente desta Casa, sabe que o resultado anunciado pelo Presidente é o resultado da contagem...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência não anunciou o segundo resultado, porque entrou um pedido de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Da contagem feita pelo Sr. Primeiro Secretário e as notas taquigráficas, vou passar às mãos de Vossa Excelência, onde relata o transcurso da sessão, por inteiro.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - É o direito da maioria, de violar o direito da minoria, Sr. Presidente.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela ordem) Apenas, gostaria de lembrar que não aceitei a possibilidade do cochilo da Bancada do PMDB, mesmo porque saímos daqui ontem com a certeza da emenda rejeitada, mesmo sem ter sido colocada na votação de terça-feira e hoje, com o maior respeito que temos ao Líder experiente e competente, Sr. Deputado Erondy Silvério, estranhamos que todos os jornais aunciaram a aprovação da emenda, quando, ontem, saímos daqui com a convicção de que a emenda havia sido rejeitada, motivo pelo qual, ocupando o Horário da Liderança do PMDB, questionamos a Mesa.

Portanto, quero apenas deixar claro que não houve cochilo; houve apenas uma confiança no trabalho exercido pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Agradeço a referência à nossa Comissão Executiva e o relato que fazemos é o relato fiel do transcurso da sessão.

Encerrado o Expediente, passamos à ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência na discussão sobre todas as matérias constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje, para os Projetos de Lei n. 287 e 288/86. - Aprovado.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) Gostaria de ser informado quais são estes Projetos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Projetos de Lei n. 287 e 288/86.

O SR. IVAN GUBERT - Poderia me auxiliar, Sr. Presidente, qual é o número da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Números 15 e 16.

O SR. IVAN GUBERT - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em votação o requerimento do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, com apoio do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando Preferência de votação aos Projetos de Lei n. 295 e 296/86, oriundos da Mensagem Governamental n. 168/86, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Federação de Instituições Superiores do Oeste do Paraná - UNIOESTE. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Lei n. 295/86. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando Preferência na discussão de todas as matérias constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje, para o Projeto de Lei n. 291/86. - Em votação.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) Qual o número do Projeto?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) É o número 8, da pauta. Em votação o requerimento. - **Aprovado.**

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal)

Face à retirada da preferência do autor, Deputado Hermas Brandão, fica prejudicada a verificação de "quorum" e a chamada nominal.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Face à retirada de preferência do Deputado Hermas Bran-

ção, solicito a Vossa Excelência que nos dê a pauta da ordem de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) De conformidade com os requerimentos de Preferência de Votação, acima aprovados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 287/86, que objetiva majorar, a partir de 1º de janeiro de 1987, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Funcionalismo Público. - **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 151/86, de 15.12.86, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar n. 288/86, que objetiva modificar alguns dispositivos da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil), visando por em prática o regime especial de trabalho policial previsto na referida Lei Complementar e sua alteração pela de número 19/84. - **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 151/86, de 15.12.86, Mensagem).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 295/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 167/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, com sede e foro na cidade do mesmo nome, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLEIA. - **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO GERAL PROJETO DE LEI N. 295/86

PARECER:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 167/86, objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - FACILCAM, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Chamada a opinar esta douta Comissão Geral, vê a mesma que o Poder Executivo atenderá, com a presente medida, uma antiga e justa reivindicação da região Centro-Oeste do Paraná, há muito tempo solicitada pela comunidade. Além da mesma medida atender plenamente aos interesses do nosso Estado, já que possibilitará grande desenvolvimento no aspecto da educação superior e da pesquisa científica, tecnológica, cultural e artística junto à população jovem universitária daquela região.

Assim sendo, nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do referido Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em
(a) CAÍTO QUINTANA

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 296/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 168/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Federal Estadual de Instituições Superiores do Oeste do Paraná - UNIOESTE, com sede e foro na cidade de Cascavel, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N. 296/86

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 168/86, em exame, visa autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Federal Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste, e dá outras providências.

Com a presente medida, o Poder Executivo atenderá a uma antiga e justa reivindicação da Região Oeste do Paraná, atendendo aos interesses do nosso Estado, pois possibilitará significativo desenvolvimento da educação superior e da pesquisa, promovendo melhor divulgação e da pesquisa, promovendo melhor divulgação científica, tecnológica, cultural e artística, além de ensejar maiores oportunidades de ingresso da população jovem da região a cursos de nível universitário. favorável à apreciação do referido Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em
(a) CAÍTO QUINTANA

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 112/86 (Mensagem n. 88/86, ex-Proposição n. 98/86), oriundo do PARECER FAVORÁVEL POR UNANIMIDADE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos Primeiro e Segundo, de 30.12.85 e 30.03.86 ao Convênio SAREM n. 062/85, celebrado em 01.10.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, conforme especifica, bem como do Segundo Termo Aditivo ao Convênio SAREM n. 063/85, entre as mesmas partes, conforme especifica.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Vinte e sete Srs. Deputados responderam à chamada. Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sábado, dia 20, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 112 a 114/86.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 92, 227, 273, 277, 291, 292, 293 e 294/86, e dos Projetos de Resolução n. 115 a 117/86.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 295 e 296/86.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
4.^a SESSÃO LEGISLATIVA
DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 1.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e seis, reuniu-se a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, em caráter extraordinário, para analisar a questão dos professores estaduais em greve e que, por essa razão, estavam acampados em área do Centro Cívico. A presente reunião, iniciada às 10:00 horas, contou com a presença dos seguintes Deputados: Adhail Sprenger Passos - Presidente, Odeni Mongrue, Tadeu França e Ezequias Losso; membros efetivos e o Deputado Djalma de Almeida César; membro suplente, e ainda dos Deputados Márcio Almeida, Basílio Zanusso e Nestor Baptista, este último Líder da Bancada do PMDB e do Governo na Assembléia Legislativa. A reunião contou ainda com a presença do Professor Paulo Maia de Oliveira, Presidente da Associação dos Professores do Paraná, dos professores membros da Comissão de Greve e de inúmeros professores grevistas, que lotaram completamente as dependências do Auditório "Luiz Gabriel Sampaio", local da reunião. Havendo número legal, o Deputado Adhail Sprenger Passos, presidente, deu por aber-

ta a reunião extraordinária, dizendo de seus objetivos, fixando o roteiro dos trabalhos a serem desenvolvidos, tendo lido o ofício recebido pela Comissão de Educação da parte do Deputado Márcio Almeida, no qual é sugerida a realização da reunião extraordinária que se iniciava. Seguindo o roteiro fixado, o Deputado Adhail Sprenger Passos e todos os demais Deputados fizeram seus pronunciamentos, os quais, encontram-se em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante da presente Ata. O Deputado Adhail Sprenger Passos, Presidente, em seu pronunciamento, propôs: 1. que a Comissão de Educação permanecesse em caráter permanente enquanto perdurasse a greve dos professores; 2. que a Comissão se propusesse ao trabalho de mediação entre o Governo do Estado e os professores grevistas, num processo de negociação que se fazia necessário. Os demais Deputados se pronunciaram favoravelmente à proposta apresentada, tendo o deputado Tadeu França acrescentado proposta da realização imediata de uma audiência com o Governador do Estado dos membros da Comissão de Educação, com a presença também dos professores componentes da Comissão de Greve. O deputado Tadeu França, por outro lado, acrescentou que, no caso da realização dos trabalhos de negociação a serem desenvolvidos com a mediação da Comissão de Educação, esta fosse representada pelos Deputados Adhail Sprenger Passos e Odeni Mongruel. O Deputado Adhail Sprenger Passos, Presidente, deu por encerrada a fase dos pronunciamentos, e submeteu à aprovação dos Deputados as propostas apresentadas. Submetida à votação, as mesmas foram aprovadas por unanimidade, com a exclusão da presença dos professores membros da Comissão de Greve na audiência com o Governador. Enquanto os trabalhos eram desenvolvidos, o Deputado Nestor Baptista, Líder da Bancada e do Governo, providenciou a marcação da audiência com o Governador, o que foi comunicado aos presentes pelo próprio Deputado. Em seguida, o Presidente Adhail Sprenger Passos passou a palavra ao Professor Paulo Maia de Oliveira, solicitando que, em seu pronunciamento, informasse à Comissão de Educação da aceitação ou não, por parte dos professores em greve, da proposta pela qual a referida comissão exerceria a tarefa de mediadora nos trabalhos de negociação que pudessem ser desenvolvidos entre os professores grevistas e o Governo do Estado. O professor Paulo Maia de Oliveira, além de tecer considerações diversas sobre a questão da greve e sobre as reivindicações do magistério, afirmou que estava em condições de, naquele momento, tendo em vista a expressiva presença de professores, submeter à classe do magistério a proposta de mediação por

parte da Comissão de Educação, forma pela qual se poderia antever a possibilidade de negociação entre os professores em greve e o Governo do Estado. Submetida à votação entre os professores presentes, a proposta foi aprovada por unanimidade. O pronunciamento do Professor Paulo Maia de Oliveira também se encontra registrado em notas taquigráficas traduzidas que passam a fazer parte integrante da presente ata. O Presidente da Comissão de Educação, em seguida determinou a suspensão da reunião, convidando os Deputados para que imediatamente seguissem ao Gabinete do Governador João Elísio Ferraz de Campos para a audiência já definida como anteriormente ficou registrado, fato que ocorreu em torno das 12:00 horas. No Gabinete do Governador com a presença dos Deputados membros da Comissão de Educação, do Governador João Elísio Ferraz de Campos, do Deputado Nestor Baptista, Líder da Bancada do PMDB e do Governo, da Secretária de Educação, Professora Gilda Poli da Rocha Loures e de assessores do Governo nas áreas de educação, administração e finanças, realizou-se a audiência programada, quando o Deputado Adhail Sprenger Passos, na condição de Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, relatou o desenvolver da reunião da Comissão referida havida até aquele momento nas dependências do Poder Legislativo, tendo solicitado, de início, ao Governador, da sua aceitação ou não de se iniciar um processo de negociação com os professores em greve, tendo a Comissão de Educação, nas pessoas dos Deputados Adhail Sprenger Passos e Odeni Mongruel, como mediadores dessas negociações. O Governador João Elísio Ferraz de Campos, após tecer considerações, respondeu afirmativamente, tendo outrossim, declarado extremamente gratificado por essa deliberação da Comissão e a certeza do êxito nos trabalhos a que a comissão se propunha. Em seguida os presentes permaneceram em debate intenso sobre as reivindicações do magistério e o processo pelo qual as negociações poderiam ser encaminhadas. Desse debate resultou uma proposta de encaminhamento, que deveria ser levada à Comissão de Greve dos professores, a qual seja a de se criar uma Comissão de Alto Nível para conduzir as negociações, da qual participariam pessoas da sociedade civil desvinculadas da administração estadual, escolhidas pelos professores, da qual participariam também os Deputados Adhail Sprenger Passos e Odeni Mongruel, com a finalidade de estabelecer as negociações entre os secretários envolvidos nas questões objeto das reivindicações do magistério e a Comissão de Greve. A reunião no Gabinete do Governador encerrou-se às treze horas e trinta minutos, tendo o

Presidente da Comissão de Educação, Deputado Adhail Sprenger Passos, convidado os membros da referida Comissão para se dirigirem ao Auditório "Luiz Gabriel Sampaio" na Assembléia Legislativa para dar ciência aos professores da proposta acertada. Às 14:00 horas, o Presidente da Comissão de Educação, em presença da Comissão de Greve, reabriu a reunião da Comissão de Educação, dando ciência aos professores do desenvolvimento da audiência no Gabinete do Governador, expondo, ao final, a proposta aventada. Dada a presença parcial da própria Comissão de Greve e a necessidade de se ouvir a Assembléia Geral dos professores em greve, foi resolvido que, no dia seguinte, a resposta dos professores seria dada diretamente ao Presidente da Comissão de Educação. Assim sendo, o Deputado Adhail Sprenger Passos, suspendeu a reunião às 15:00 horas. No dia seguinte (25 de setembro) no período da tarde, o Presidente da Comissão de Educação, Deputado Adhail Sprenger Passos, recebeu o professor Paulo Maia de Oliveira, Presidente da Associação dos Professores do Paraná, a informação, de que os professores em greve, reunidos em Assembléia Geral, não aceitaram a proposta da criação da Comissão de Alto Nível como registrado anteriormente; no entanto, apresentaram a contraproposta de iniciar as negociações entre o Governo representado por Secretários de Estado em número a ser definido pelo Governador e a Comissão de Greve, com a participação, como mediadora, da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, representada pelos Deputados Adhail Sprenger Passos e Odeni Mongruel. Essa contraproposta, à noite, pelo telefone, foi levada, pelo Deputado Adhail Sprenger Passos, ao conhecimento do Governador João Elísio Ferraz de Campos que se encontrava em viagem pelo interior do Estado; ela foi prontamente aceita, ficando decidido que, no dia seguinte, às 12:00 horas, ainda pelo telefone, o Governador indicaria os secretários que comporiam a Comissão de Negociação representando o Governo, o que de fato ocorreu, tendo sido designados os seguintes secretários: Senhor José Carlos Campos Hidalgo, Secretário da Administração; Senhora Gilda Poli da Rocha Loures, Secretária da Educação; Senhor José Olimpio de Paula Xavier, Secretário da Casa Civil, Senhor Otto Bracarense Costa, Secretário do Planejamento e Senhor Geroldo Hauer, Secretário das Finanças. Em dois momentos, no dia 26 de setembro, o deputado Adhail Sprenger Passos entrava em contacto com os professores, primeiro transmitindo que o Governador aceitou a contraproposta apresentada e depois informando a composição da comissão de

Secretários. Posteriormente a esses contactos, o presidente Adhail Sprenger Passos recebeu, do Presidente Paulo Maia de Oliveira a informação da decisão dos professores, obtida em Assembléia Geral, de que aceitavam iniciar as negociações com a Comissão Governamental composta pelos secretários indicados. A primeira reunião de negociação, realizada em dependências da Secretaria da Administração, ocorreu somente no dia 30 de setembro, às 14:00 horas, com a presença dos Secretários de Estado, da Comissão de Greve, dos professores e dos Deputados Adhail Sprenger Passos e Odeni Mongruel, tendo em vista que os secretários solicitaram algum tempo para realizarem reuniões isoladas a fim de que todos pudessem tomar conhecimento pleno das reivindicações do magistério. A essa primeira reunião, seguiram, no mesmo local e com os mesmos participantes, outras reuniões em alguns dias sucessivos, perfazendo ao todo cerca de vinte e oito horas de trabalho, ao final das quais chegaram a um entendimento, formalizado em documento hábil, que levado à Assembléia Geral dos professores em greve, foi aprovado, dando como resultado a cessação do movimento grevista e o levantamento do acampamento que os professores mantinham em determinado local do Centro Cívico, o que ocorreu no dia 14 de outubro de 1986. Do documento firmado, cumpre-nos registrar, entre outros, os seguintes pontos:

1) envio, por parte do Governador, à Assembléia Legislativa do Paraná, das seguintes mensagens e respectivos projetos de lei: A) normatizando a concessão das férias regulamentares anuais aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, que prestam serviços administrativos nos estabelecimentos de ensino ou em órgãos da Secretaria de Educação, assim como dispor sobre a contagem em dobro dessas férias; B) objetivando fixar o vencimento mensal do cargo de professor PA-1 do Quadro Próprio do Magistério, em 3 vezes o valor do salário-mínimo, a partir de 1º de janeiro de 1987; C) - objetivando autorizar o Poder Executivo a implantar aos Professores e Especialistas de Educação, integrantes do Quadro Próprio do Magistério, o regime diferenciado de trabalho; D) - objetivando alterar os dispositivos que especifica da Lei Complementar n. 7 de 22/12/76 (Estatuto do Magistério); E) - objetivando dar nova redação ao artigo 34, da Lei Complementar n. 7, de 22/12/76, alterada pela de n. 13, de 23/12/81, na parte que trata de interstício para promoções de integrantes do Quadro Próprio do Magistério; e

2) - a criação, na estrutura administrativa do Governo Estadual, de uma Comissão Permanente de Negociações com o

fim de, em reuniões periódicas, manterem um diálogo permanente com a Associação dos Professores do Paraná, objetivando continuar a discussão das reivindicações ainda não atendidas, no todo ou em parte, bem como analisar a aplicação das medidas programadas, que em última análise visavam a melhoria do ensino. Fica registrado que, no decorrer dos trabalhos ora registrados, a Comissão de Educação recebeu outro ofício do Deputado Márcio Almeida, solicitando nova reunião da referida comissão, tendo o Presidente Adhail Sprenger Passos mandado arquivar por estar a Comissão de Educação em reunião permanente. Cumpre registrar, igualmente que, após encerrada a greve e levantado o acampamento dos professores no Centro Cívico, o Deputado Adhail Sprenger Passos, Presidente da Comissão de Educação, foi convidado pelo Arcebispo Metropolitano, Dom Pedro Fedalto, a comparecer na sede da Associação dos Professores do Paraná, onde cinco professores estavam em greve de fome por não concordarem com as decisões tomadas, inclusive pelos professores em Assembléia Geral, alegando outrossim, desconfiança no atendimento do que foi acertado. Durante várias horas foi mantido, pelo Deputado Adhail Sprenger Passos, um diálogo com os referidos professores, na presença do Arcebispo e de dois advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil; os professores em questão permaneceram em greve de fome por mais alguns dias. Não havendo mais justificativa para manter a Comissão de Educação em reunião permanente, o Presidente Adhail Sprenger Passos, resolveu encerrá-la no dia 16 de outubro de 1986, determinando a lavratura da presente Ata, o que foi feito por mim, Maria Aparecida Amaral, secretária, a qual, depois de aprovada, é assinada pela secretária e pelo Presidente, para que produza os efeitos legais.

Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS
Presidente

MARIA APARECIDA AMARAL
Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e seis, reuniu-se a Comissão de Educação, sob a presidência do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos e com a presença dos senhores Deputados membros da mesma. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da reunião, quando foram apreciados os seguintes processos: - PROJETO DE LEI COMPLEMEN-

TAR N. 256/86 - Mensagem n. 129/86, que visa normalizar a concessão das férias regulamentares anuais aos integrantes do quadro próprio do Magistério que prestam serviços administrativos nos estabelecimentos de ensino ou em órgãos da Secretaria de Educação, assim como dispor sobre a contagem em dobro dessas férias. Relator: Deputado Odeni Mongruel. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N. 257/86 - Mensagem n. 140/86, que objetiva fixar os vencimentos mensais do cargo de Professor PA-1, do quadro próprio do Magistério, em três vezes o valor do salário mínimo, a partir de 1.^o de janeiro de 1987. Relator: Deputado Tadeu França. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 258/86 - Mensagem n. 141/86, que objetiva autorizar o Poder Executivo a implantar aos Professores e Especialistas de Educação integrantes do Quadro Próprio do Magistério o Regime Diferenciado de Trabalho. Relator: Deputado Odeni Mongruel. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 259/86 - Mensagem n. 142/86, que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar n. 7, de 22.12.76 (Estatuto do Magistério). Relator: Deputado Tadeu França. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 260/86, Mensagem n. 143/86, que objetiva dar nova redação ao art. 34, da Lei Complementar n. 7, de 22.12.76, alterado pela de n. 13, de 23.12.81, na parte que trata do interstício para promoções de integrantes do Quadro Próprio do Magistério. Relator: Deputado Tadeu França. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que é por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS
Presidente

MARIA APARECIDA AMARAL
Secretária.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA.

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e oitenta e seis, reuniu-se a Comissão de Educação, sob a presidência do senhor Deputado Adhail Sprenger Passos e com a presença dos senhores membros da mesma. Havendo número legal o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, quando foi apreciado o seguinte processo: PROJETO DE LEI n. 274/86 - oriundo da Mensagem Governamental

n. 152/86, que tem por finalidade dispor sobre a carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado, organizando-a em três categorias docentes, compostas de onze referências e com os vencimentos que especifica, visando ainda o enquadramento dos atuais integrantes do Ensino Superior. RELATOR: Deputado Rubens Bueno. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Presidente

MARIA APARECIDA AMARAL

Secretária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA.

Aos nove dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e oitenta e seis, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Caíto Quintana, Edmar Luiz Costa, Orlando Pessuti, Rubens Bueno, Gilberto Carvalho, Sérgio Spada, Antonio Belinati, Hermas Brandão, Trajano Bastos e Gernote Kirinus. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 70/84, de autoria do Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei n. 134/85, de autoria do Deputado Rubens Bueno, anexado ao Projeto de Lei n. 135/85, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho. Relator: Hermas Brandão. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto de Lei n. 224/85, de autoria do Deputado Péricles Pacheco. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer: CONTRÁRIO. REJEITADO. 04) Projeto de Lei n. 283/85, de autoria dos Deputados Nelson Buffara e outros. Relator: Deputado Fuad Nacli. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO. 05) Projeto de Lei n. 243/86, de autoria do Deputado Ivan Gubert. Relator: Deputado Basílio Zanusso. Parecer: CONTRÁRIO. REJEITADO. 06) Projeto de Lei n. 233/86, oriundo do Poder Executivo, Mensagem n. 136/86. Relator: Deputado Basílio Zanusso. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO. 07) Projeto de Lei n. 205/86, oriundo do Poder Executivo. Mensagem n. 124/86. Relator: Deputado Basílio Zanusso. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO. 08) Projeto de Lei n. 320/85, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator: Deputado Gernote

Kirinus. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO, com Emenda. 09) Projeto de Lei n. 321/85, de autoria do Deputado Márcio Almeida. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO. 10) Projeto de Lei n. 15/86, de autoria do Deputado Djalma de A. Cesar. Relator: Deputado Trajano Bastos. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO. 11) Projeto de Lei n. 58/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO. 12) Projeto de Lei n. 167/86, de autoria do Deputado Homero Oguido. Relator: Deputado Basílio Zanusso. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO. 13) Projeto de Lei n. 202/86, de autoria do Deputado Djalma de A. Cesar. Relator: Deputado Antônio Belinati. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO. 14) Projeto de Lei n. 230/86, de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão. Relator: Deputado Antônio Belinati. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO. 15) Projeto de Lei n. 246/85, de autoria do Deputado Aírton Cordeiro. Relator: Deputado Antonio Belinati que deu parecer favorável, os demais acataram o parecer do Relator anteriormente designado Deputado Mário Pereira cujo Parecer foi CONTRÁRIO. REJEITADO. 16) Projeto de Lei n. 277/86, oriundo do Poder Executivo, Mensagem n. 153/86. Relator: Deputado Edmar Luis Costa. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO. 17) Projeto de Lei n. 265/86, de autoria do Deputado Anibal Khury. Relator: Deputado Hermas Brandão. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO com Emenda Substitutiva Geral. 18) Proposição n. 159/86, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 156/86. Relator: Deputado Basílio Zanusso. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 19) Proposição n. 160/86, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 157/86. Relator: Deputado Basílio Zanusso. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 20) Proposição n. 98/86, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 88/86. 21) Projeto de Lei n. 266/86, de autoria do Deputado Donato Gulín. Relator: Deputado Antônio Belinati, requer seja transformado em Diligência junto a Secretaria de Estado da Educação, através do seu autor. DEFERIDO. 22) Projeto de Lei n. 210/86, de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos. Relator: Deputado Rubens Bueno, requer seja transformado em Diligência junto ao autor. DEFERIDO. 23) Projeto de Lei n. 174/86, de autoria do Deputado Edilson Alencar. Relator: Deputado Trajano Bastos, requer seja transformado em Diligência junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.) e junto ao Instituto de Terras e Cartografia e Florestas (I.T.C.F.). DEFERIDO. 24) Projeto de Lei n. 168/86, de autoria do Deputado Mário Pereira e outros. Relator: Deputado Basílio Zanusso, requer seja transformado em Diligência junto ao autor. DEFERIDO. 25) Projeto de

Lei n. 119/86, de autoria dos Deputado Gilberto Carvalho e Leônidas Chaves. Relator: Deputado Basílio Zanusso, requer seja transformado em Diligência junto ao autor. DEFERIDO. 26) Projeto de Lei n. 113/86, de autoria do Deputado Edilson Alencar. Relator: Deputado Rubens Bueno, requer seja transformado em Diligência junto a Secretaria de Estado da Administração, através do seu autor. DEFERIDO. 27) Projeto de Lei n. 302/85, de autoria do Deputado Mário Pereira, Relator: Deputado Rubens Bueno, requer seja transformado em Diligência junto à Secretaria de Estado da Educação, através do seu autor. DEFERIDO. 28) Projeto de Lei n. 300/85, de autoria do Deputado Leônidas Chaves. Relator: Deputado Basílio Zanusso. O Deputado Trajano Bastos requer VISTAS. DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim Lúcia Maria da Veiga Segall, secretária da Comissão.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL

Secretária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10.^a LEGISLATURA - 4.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 8.^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e oitenta e seis, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Edmar Luiz Costa, Ivan Gubert, Hermas Brandão, Djalma de Almeida César, Fuad Nacli, Basílio Zanusso e Gernote Kirinus. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Proposição n. 41/86, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 20/86 encaminhando cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, e a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com as partes, datas e

objetivos que especifica. Relator: Deputado Djalma de Almeida César. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO, Com Projeto de Resolução. 02) Proposição n. 99/86, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 90/86, encaminhando cópias autênticas de Convênios celebrados em 04/07/86, entre o Estado do Paraná e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros relacionados com o Programa de Ação Municipal - PRAM, conforme plano de aplicação e procedimentos estabelecidos nos Manuais do referido Programa. Relator: Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO com Projeto de Resolução. 03) Proposição n. 161/86, oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 161/86, encaminhando cópia autêntica de Convênios celebrados em 28.08.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios mencionados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. Relator: Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer: FAVORÁVEL. APROVADO, com Projeto de Resolução. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Lúcia Maria da Veiga Segall, secretária da Comissão.

(aa) GILBERTO CARVALHO

Presidente

LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL

Secretária.

CONSELHO DELIBERATIVO

PARECER:

Os abaixo-assinados, membros do Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar (FEPPA), no desempenho de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o sumário geral do ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1987, encontraram tudo na mais perfeita ordem, coerência e legalidade, pelo que houvem por bem APROVAR E RECOMENDAR a execução do mesmo.

Curitiba, 20.12.86.

ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

AUGUSTO CARNEIRO

JOÃO MANSUR

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDENCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA - ESTADO DO PARANÁ

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1.987

RESUMO GERAL DA RECEITA

Em Cz\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	RUBRICA	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES			41.184.000,00
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			
1210.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		26.672.000,00	26.672.000,00
1210.01.00	CONTRIBUIÇÕES DA ASSEMBLEIA	8.087.000,00		
	CONTRIBUIÇÃO ASSEMBLEIA letra G art.6º	10.650.000,00		
1210.02.00	CONTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS	5.054.400,00		
1210.03.00	CONTRIBUIÇÃO DOS APOSENTADOS	2.130.000,00		
1210.04.00	CONTRIBUIÇÃO DOS FACULTATIVOS	750.000,00		
1210.05.00	CONTRIBUIÇÃO DO ESTADO (ART.23)	600,00		
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			14.500.000,00
1320.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS		14.500.000,00	
1321.00.00	RENDIMENTOS DE TÍTULOS	14.000.000,00		
1322.00.00	JUROS DE EMPRÉSTIMOS	500.000,00		
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			12.000,00
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS		12.000,00	
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	12.000,00		

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA - ESTADO DO PARANÁ
ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1.987
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS (ANEXO 1)

Cz\$ 1,00

RECEITA		DESPESA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	26.672.000,00	DESPESAS DE CUSTEIO	98.500,00
RECEITA PATRIMONIAL	14.500.000,00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.300.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.000,00	SUPERAVIT	22.398.500,00
T O T A L	41.184.000,00	T O T A L	18.786.500,00
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO		DESPESAS DE CAPITAL	
CORRENTE	18.786.500,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	18.786.500,00
T O T A L	18.786.500,00	T O T A L	18.786.500,00

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES	41.184.000,00	DESPESAS CORRENTES	22.397.500,00
T O T A L	41.184.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	18.786.500,00
		T O T A L	41.184.000,00

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDENCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA - ESTADO DO PARANÁ

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1987.

DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DAS DESPESAS - CONSOLIDAÇÃO GERAL

Em Cz\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			<u>22.397.500,00</u>
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			98.500,00
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO		4.500,00	
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		94.000,00	
3.1.3.1	REMUNERAÇÃO DE SERV. PESSOAIS	79.000,00		
3.1.3.2	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	15.000,00		
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			22.300.000,00
3.2.5.0	TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS		22.300.000,00	
3.2.5.1	APOSENTADOS	21.300.000,00		
	OUTRAS TRANSF. A PESSOAS	1.000.000,00		
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			<u>18.786.500,00</u>
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS			18.786.500,00
4.2.7.0	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS		3.000.000,00	
4.2.9.0	DIVERSAS INVERSÕES FINANCEIRAS		15.786.500,00	
T O T A L				41.184.000,00